

**Portaria n. 18/DGA, de 1º de julho de 2022**

Altera as Portarias n. 3/DGA, de 28 de outubro de 2013, n. 23/DGA, de 25 de julho de 2017, n. 36/DGA, de 12 de julho de 2018, n. 34/DGA, de 21 de outubro de 2019.

Portaria n. 12/CR, de 30 de junho de 2022

Revoga a Portaria n. 7/CR, de 2022, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face da empresa Liq Corp S.A.

Portaria n. 22/DGA, de 6 de julho de 2022

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 20/GP, de 30 de junho de 2022

Designa os membros do Grupo de Pesquisas Judiciárias no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 19/GP, de 29 de junho de 2022

Altera a Portaria n. 63/GP, de 11 de novembro de 2019, na forma que especifica.

Ato n. 29/GP, de 29 de junho de 2022

Institui Grupo de Pesquisas Judiciárias no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de interesse**Ministério do Trabalho e Previdência****Portaria n.**

1.460/PRES.INSS, de 29 de junho de 2022

Prorroga o prazo estabelecido no § 1º do art. 1º da Portaria n. 1.337/PRES.INSS, de 9 de agosto de 2021, que dispõe sobre a data limite que será permitida a utilização, em paralelo, de outros meios ou formas de arrecadação, admitidos pelo Decreto n. 4.950, de 9 de janeiro de 2004.

Portaria n. 1.846/MTP, de 1º de julho de 2022

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 13 [NR 13] - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento. (Processo nº 19966.101224/2021-91).

Portaria n. 1.850/MTP, de 1º de julho de 2022

Prorroga a suspensão da vigência do item 31.7.4 da Norma Regulamentadora n. 31 [NR 31] - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Processo n. 19966.100364/2020-61.

Poder Legislativo**Lei n. 14.393, de 4 de julho de 2022**

Altera a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde.

STF**Resolução n. 780/STF, de 1º de julho de 2022**

Institui a Política de Governança do Supremo Tribunal Federal.

Conselho Federal de Fonoaudiologia**Resolução n. 668/CFFa, de 7 de julho de 2022**

Dispõe sobre a alteração do § 5º do art. 5º da Resolução n. 609/CFFa, de 26 de março de 2022, que dispõe sobre documentação para solicitação do registro profissional de origem.

Resolução n. 669/CFFA, de 7 de julho de 2022

Regulamenta o procedimento demissional simplificado de dispensa sem justa causa dos empregados admitidos ou não por concurso público, sob o regime celetista, pelo Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia.

Resolução n. 670/CFFa, de 7 de julho de 2022

Regulamenta o processo administrativo disciplinar e os demais procedimentos para aplicação de penalidades a empregados do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia.

CSJT**Ato Conjunto n. 46/TST.CSJT. GP, de 4 de julho de 2022**

Cria o Grupo de Trabalho para especificação de requisitos negociais do módulo eRec do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Ato n. 99/CSJT.GP.SG.SETIC, de 4 de julho de 2022

Convoca o Grupo Nacional de Negócio do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato Conjunto n. 19/TST.CSJT. GP, de 4 de maio de 2020.

CNJ**Provimento n. 131/CNJ, de 30 de junho de 2022**

Altera o § 3º do art. 7º do Provimento n. 62/CNJ, de 14 de novembro de 2017, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

Portaria n. 232/CNJ, de 1º de julho de 2022

Altera a Portaria no 190/CNJ, de 17 de setembro de 2020, ao incluir o Coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos entre os membros natos do Grupo de Trabalho "Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário".

Ministério da Economia**Instrução Normativa n. 2.093/RFB, de 7 de julho de 2022**

Altera a Instrução Normativa n. 1.209/RFB, de 7 de novembro de 2011, que estabelece requisitos e procedimentos para o exercício das profissões de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro.

Presidência da República**Portaria n. 675/PR, de 6 de julho de 2022**

Aprova o Regulamento do Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado - Edição 2022, de natureza simbólica, de iniciativa do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, a ser concedido pelo Presidente da República.